Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# INTEGRALISMO E JUVENTUDE
a construção de um projeto político no pós-1945

# INTEGRALISM AND YOUTH
the construction of a political project in post-1945 period

*MILENE DO CARMO GOMES*[1]

## RESUMO

O artigo analisa as gramáticas do discurso político integralista dirigidas aos jovens "águias brancas", vinculados à Confederação de Centros Culturais da Juventude (CCCJ), no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. A partir da análise do semanário *A Marcha*, órgão de imprensa do Partido de Representação Popular (PRP), investiga-se como tais discursos contribuíram para a reconfiguração das estratégias de mobilização do integralismo, com ênfase na formação política juvenil. Ancorado na abordagem das culturas políticas, o estudo examina os vocabulários mobilizados, as representações da juventude como agente de regeneração nacional e sua centralidade na difusão doutrinária para além da institucionalidade partidária. Argumenta-se que, diante de um diagnóstico recorrente de crise moral, política e cultural, a juventude foi construída como sujeito histórico privilegiado, investido de uma missão regeneradora. Nesse processo, a articulação entre práticas, valores e linguagens políticas, difundidas nos espaços de sociabilidade e na imprensa, possibilitou a atualização do ideário integralista no pós-guerra. Conclui-se que os "águias brancas" desempenharam papel decisivo na continuidade e adaptação do movimento na cena democrática.

**Palavras-chave**: Integralismo; PRP; Águias Brancas; Cultura Política; Juventude.

## ABSTRACT

This article analyzes the political grammars of Integralist discourse addressed to the "White Eagles," a youth group linked to the Confederation of Youth Cultural Centers (CCCJ), in the context of the post–Second World War period. Drawing on the analysis

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF),com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Secretária da Rede de Investigação Direitas, História e Memória (DHM), integrante do Grupo de Pesquisa Direitas, História e Memória (DHM), e pesquisadora associada ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF). E-mail: milenegomes645@gmail.com.

of *A Marcha*, the official newspaper of the Party of Popular Representation (PRP), it examines how such discourses contributed to the reconfiguration of Integralism's mobilization strategies, particularly through youth political formation. Grounded in the framework of political cultures, the study explores the vocabularies employed, the representations of youth as agents of national regeneration, and their centrality in the diffusion of doctrine beyond formal party structures. It argues that, within a recurrent diagnosis of moral, political, and cultural crisis, youth were constructed as a privileged historical subject, entrusted with a regenerative mission. In this process, the articulation of practices, values, and political languages, circulated through spaces of sociability and the press, enabled the updating of Integralist ideology in the postwar period. The article concludes that the "White Eagles" played a decisive role in the continuity and adaptation of Integralism within the democratic context.

**Keywords**: Integralism; PRP; White Eagles; Political Culture; Youth.

## INTRODUÇÃO

A cena pública democrática caracteriza-se pela presença de múltiplos atores, linguagens e mecanismos políticos, que evidenciam a força social no âmbito das representações institucionais. A reorganização desse espaço, após o fim do Estado Novo, em 1945, impôs um decisivo dilema às forças autoritárias e fascistas que haviam emergido no ambiente político das décadas de 1930 e 1940. Para os egressos da Ação Integralista Brasileira (AIB), a nova ordem constitucional, pautada pela ampliação da competição eleitoral, pelo pluripartidarismo e pela expansão do mercado político (Lavareda, 2012), exigiu uma profunda reconfiguração discursiva e política. No interior desta dinâmica constituiu-se o Partido de Representação Popular (PRP), entre 1945 e 1965, que, longe de significar uma ruptura definitiva com sua matriz fascistizante (Calil, 2005), expressou a continuidade de uma cultura política autoritária, que buscou se revalidar na cena democrática mediante uma linguagem adaptada às gramáticas da Guerra Fria.

Neste artigo, argumenta-se que o vetor de estratégia de atualização do ideário integralista no pós-guerra não repousava exclusivamente na disputa eleitoral pragmática ou nas alianças partidárias do PRP, mas na construção de um projeto de formação e mobilização da juventude. Mediante a criação da Confederação de Centros Culturais da Juventude (CCCJ), em 1952, e da

estruturação do movimento dos “águias brancas”[2], o integralismo projetou nas novas gerações a responsabilidade por uma suposta “regeneração moral e cultural” da nação. Nesse processo, a imprensa partidária, com destaque para o semanário *A Marcha*, operou como um dispositivo analítico-discursivo encarregado de articular os princípios doutrinários do movimento às demandas do contexto democrático.

Mobilizando o aporte teórico-metodológico das culturas políticas, examina-se como *A Marcha* conformou um ecossistema discursivo pautado no diagnóstico recorrente de uma “crise institucional e espiritual”. Diante de um cenário representado como decadente, a categoria “juventude” foi ressignificada, pois deixou de ser uma faixa etária para converter-se em um operador moral, investido de uma missão salvífica de regeneração nacional. Para operar essa conversão, o PRP promoveu uma reorientação doutrinária, em grande medida gestada durante o exílio de Plínio Salgado em Portugal (Gonçalves, 2012), na qual o vocabulário radical e a simbologia externa dos anos 1930 (o Sigma, a saudação *Anauê*, as camisas-verdes) foram progressivamente substituídos por uma sintaxe ancorada na "democracia cristã", no espiritualismo e no anticomunismo (Christofoletti, 2010).

Mapear a produção discursiva de *A Marcha* e sua difusão entre os “águias brancas” permite desvelar a densidade das estratégias de cooptação e doutrinação das direitas brasileiras no pós-1945, a partir do integralismo. Ao selecionar, ordenar e hierarquizar sentidos (Luca, 2008), a imprensa integralista buscou distanciar o movimento do fantasma do nazifascismo, construindo espaços de socialização das culturas políticas, capazes de garantir a capilaridade do integralismo na cena democrática até a eclosão do golpe civil-

[2] A denominação “águias brancas” também pode ser compreendida no interior de uma disputa simbólica em torno da representação da juventude integralista. A imagem da águia remetia a atributos como força, altivez, potência e autoridade, enquanto a cor branca estabelecia uma contraposição simbólica ao vermelho, frequentemente associado ao comunismo no vocabulário político do período. A escolha da expressão adquiria ainda maior significado quando considerada em contraste com a designação pejorativa “galinhas verdes”, utilizada para ridicularizar os integralistas em referência aos camisas-verdes da AIB. Desse modo, “águias brancas” nomeava os jovens vinculados ao movimento, contribuindo para produzir uma representação positiva de si, contrapondo à imagem depreciativa do integralista uma figura associada à força, à elevação e à distinção.

militar de 1964 e a extinção dos partidos pelo Ato Institucional n.º2 (AI-2) em 1965, momento em que o PRP foi também dissolvido.

O artigo organiza-se em três seções analíticas interligadas. Primeiramente, discute-se a reconfiguração do integralismo no contexto democrático pós-1945, considerando a reelaboração de seus referenciais políticos e doutrinários e as formas de inserção construídas diante da nova ordem institucional. Em seguida, analisa-se a construção de um projeto político dirigido à juventude, com atenção aos espaços de formação, sociabilidade e circulação de referências integralistas articulados pela CCCJ. Por fim, investigam-se as representações e os valores mobilizados em torno dos "águias brancas", especialmente nas páginas de *A Marcha*, buscando compreender como a juventude foi construída como espaço de continuidade, renovação e projeção do projeto integralista no pós-guerra.

## 1. O PRP E A RECONFIGURAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA INTEGRALISTA

A reorganização da cena pública após o fim do Estado Novo colocou os integralistas diante de uma ordem democrática na qual a representação política adquiria novos contornos institucionais e discursivos. Inseridos em um sistema marcado pelo pluripartidarismo e pela competição eleitoral, os egressos da AIB reelaboraram suas formas de apresentação e de reivindicação da legitimidade no espaço público. A fundação do PRP fez parte do esforço de adaptação integralista às condições sóciopolíticas do pós-1945. A própria noção de representação, central à democracia moderna, constituía-se como um campo de disputas e apropriações no contexto em foco, no qual diferentes atores buscavam definir quem poderia representar a sociedade, em nome de quais valores e sob quais princípios.

Dessa forma, o ideário democrático moderno estabeleceu parâmetros fundamentais para a política e suas instituições, como a soberania popular e a liberdade democrática, tendo na noção de representação um elemento central do mandato político (Goyard-Fabre, 2003). Com isso, o conceito torna-se operacionalizável e mobilizável, sendo envolto de disputas, apropriações e

ressignificações, conforme os sujeitos e grupos que o acionam, constituindo-se como uma chave de inteligibilidade política.

No caso integralista, entre 1945 e 1965, o PRP atuou como dispositivo político-partidário e expressão formal do integralismo no contexto republicano. Sua trajetória revela a persistência de uma cultura política autoritária que buscava se legitimar por meio da institucionalidade partidária e por diversas formas de ambiência intelectual e cultural. O integralismo, ao constituir-se como pensamento político fascista no Brasil (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020), propunha a regeneração nacional por meio de uma revolução integral que abrangeria o homem, os chamados “grupos naturais” (família profissão, propriedade e município), bem como a nação e o Estado. Para Plínio Salgado (1937), o “chefe supremo”, tratava-se de um movimento de caráter filosófico, orientado à construção de uma nova cultura, ancorada em uma redefinição dos conceitos de democracia, direito e economia. Fundamentado na defesa do “Estado Integral” de feição corporativista, o integralismo posicionava-se em oposição tanto ao liberalismo quanto ao comunismo, ao mesmo tempo em que mobilizava significantes próprios do paradigma moderno e modernizante na formulação de sua leitura e interpretação da história, buscando garantir a “harmonia social”. (Salgado, 1953)

Estas propostas, por seu turno, devem ser problematizadas à luz da forma que o integralismo apropriou-se de categorias e conceitos centrais da política moderna. Críticas ao liberalismo e ao princípio da representação individual não implicavam uma rejeição absoluta da democracia enquanto gramática e linguagem de legitimação política. Pelo contrário, os integralistas procuraram disputar seus significados, vinculando-a a uma concepção orgânica da sociedade e à ideia de representação dos chamados “grupos naturais”. Nesse enquadramento, a legitimidade política não decorreria primordialmente da expressão atomizada das vontades individuais, mas da capacidade de articular os diferentes segmentos da sociedade em torno de uma unidade nacional.

Isso posto, é na tensão entre permanências e reconfigurações que se torna possível compreender a atuação do PRP para além da modificação das formas organizativas, mas matizando a reelaboração das maneiras pelas quais o integralismo poderia apresentar-se publicamente, reivindicar legitimidade e

projetar sua concepção de ordem social e política. Referências à autoridade, à organização corporativa, à unidade nacional, à formação de uma elite dirigente coexistia com a incorporação de práticas e categorias próprias da disputa partidária. Com isso, a ação do PRP pode ser tomada como parte de um processo de reacomodação da cultura política integralista, no qual antigos referenciais eram preservados, deslocados e mobilizados segundo as condições do novo regime.

Nesse ínterim, a juventude adquire uma dimensão fulcral, pois, uma vez que a atuação partidária exigia a construção de mecanismos de inserção na sociedade e de reprodução de seus quadros, a formação de jovens militantes integrava um projeto mais amplo de formação política, intelectual e moral de sujeitos que poderiam ocupar posições no movimento e, em sentido mais amplo, participar da renovação de suas fileiras, como elites dirigentes. A mobilização dos águias brancas, portanto, deve ser situada nesse esforço de continuidade e renovação: tratava-se de produzir uma juventude politicamente identificada com os referenciais integralistas e, simultaneamente, inserida nas novas condições de atuação pública do pós-1945.

Nesse sentido, a partir da construção de um ecossistema discursivo de crise institucional, moral e cultural, o integralismo elaborava proposições voltadas à transformação das correlações de força que estruturam a realidade social, produzindo diagnósticos acerca de uma suposta decadência materialista e orientando projetos de reorganização social (Salgado, 1937b). À luz da noção de culturas políticas, conforme formulada por Serge Berstein (1998), tais elaborações vinculam-se à necessidade de responder a contextos de crise, por meio da construção de referenciais políticos e culturais capazes de dar sentido às demandas da vida pública.

As culturas políticas configuram-se como totalidades relativamente coerentes, compostas por elementos interdependentes que estruturam uma determinada visão de mundo. Não se restringem, portanto, a sistemas normativos externos ou a disposições internalizadas, mas operam também como gramáticas de poder e de direito que informam o *modus operandi* dos atores sociais, conforme argumenta Daniel Cefaï (2001). Para Serge Berstein (2009), compartilham ainda um substrato filosófico comum, referências históricas

(entendidas como repertórios inesgotáveis de significados) e aspirações concretas voltadas à realização de projetos políticos no presente e no futuro. Desse modo, é justamente essa dimensão projetiva das culturas políticas que permite compreender a centralidade atribuída à juventude no discurso integralista.

Nesse contexto, a noção de decadência institucional atribuía às novas gerações a responsabilidade pela regeneração da vida pública, por meio do engajamento intelectual e da ação política, na medida em que os mais jovens eram concebidos como portadores de um renascimento geracional. Com isso, a imprensa vinculada ao PRP reforçava sistematicamente essa representação, projetando a juventude como protagonista da transformação histórica, especialmente o jornal *A Marcha*. Nesse processo, a juventude não era apenas uma categoria etária e/ou biológica, mas sim um recurso e dispositivo de significação política, associado à ideia de renovação e à possibilidade de continuidade do projeto integralista, mesclando o futuro de realização de um projeto concebido como regenerador da sociedade com o presente.

Em consonância, a atribuição de uma função política à juventude demandava formas específicas de organização, formação e circulação capazes de transformar essa expectativa geracional em prática coletiva. A partir disso, em outubro de 1952, foi criada a CCCJ, também denominada Movimento Águia Branca, entidade que desempenhou papel central na organização dos chamados “águias brancas”, responsáveis pela difusão do integralismo em diferentes regiões do país. A CCCJ operava, assim, como um dispositivo de cooptação e formação cultural e política, contribuindo para a ampliação da base social do movimento e para a consolidação de sua presença entre os mais jovens, agentes intelectuais do Movimento.

A vinculação entre o PRP e a CCCJ evidencia como os partidos buscavam ancoragem em organizações sociais e culturais, promovendo diálogos e formando militantes, simpatizantes e eleitorado. Como observa Amaral (2013), desde o início do século XX os partidos estabeleceram vínculos diversos com entidades da sociedade civil, especialmente durante a “época de ouro” dos partidos de massa (1920-1960). No caso integralista, essa articulação reforçava sua dimensão doutrinária e ampliava o alcance político do movimento, ao

favorecer a difusão de sua cultura política por meio do que Serge Berstein (1998) denomina de constituição de um “clima cultural”, resultante da circulação de temas, modelos normativos, formas de raciocínio e múltiplos referenciais capazes de influenciar o comportamento dos atores. Nesse sentido, tal dinâmica contribuía para os processos de socialização e incorporação da cultura política integralista, sendo necessário problematizar quais espaços e instrumentos produziam essa socialização.

## 2. O PROJETO INTEGRALISTA NO PÓS-1945

A situação histórica após 1945 tencionou as formas de apresentação do discurso integralista, especialmente a leitura da experiência e da atividade[3] face aos tempos pregressos. A AIB, fundada em 1932, havia sido o primeiro partido de massas do Brasil (Trindade, 1979) e o maior movimento fascista fora da Europa (Pinto, 2021). Seu *Manifesto de Outubro de 1932* propunha a criação de um “novo Estado” e de uma “nova ordem social” (Salgado, 1932, p. 1), inscrevendo o integralismo em uma matriz abertamente fascista e revolucionária. No entanto, no pós-guerra, os integralistas buscaram se dissociar dessa herança, apresentando-se como grupo legitimado pela forma partidária e pelo jogo democrático (Christofoletti, 2010).

Essa tentativa de “reorientação doutrinária” visava neutralizar a memória social que associava o integralismo ao nazifascismo e ao golpe fracassado de 1938 (Victor, 2012). Ainda assim, como argumenta Calil (2005), o programa e a prática do PRP mantinham marcas de um projeto fascistizante, revelando a permanência de elementos autoritários mesmo em sua adaptação ao contexto democrático. Em outras palavras, o integralismo pós-1945 operou uma reconfiguração discursiva que buscava legitimação sem abandonar suas matrizes intelectuais, políticas e culturais.

[3] Para Daniel Cefaï (2001, p. 93-94), os contextos de experiência e atividade são os lugares e os momentos do mundo da vida cotidiana dos atores onde eles dão sentido ao que dizem e fazem; onde se confrontam com os ambientes naturais, institucionais e organizacionais; onde estabelecem relações de coordenação, cooperação e conflito, e onde co-produzem, em ação e em situação, novas formas de compreensão, interpretação e representação do mundo.

Um dos eixos centrais do pensamento integralista estruturava-se em torno da defesa de uma “democracia orgânica”, ancorada em uma matriz espiritualista e contraposta às concepções políticas identificadas com o materialismo (Merg, 2007). Nesse horizonte, a democracia era compreendida como resultado de uma ordem moral e doutrinária que deveria orientar a organização da sociedade, conformando disputas em torno de seus fundamentos e de seu significado político.

Essa concepção assumiria novos contornos no pós-guerra, já que a derrota dos regimes fascistas europeus e a reorganização da cena pública brasileira impuseram aos integralistas a necessidade de reelaborar seus repertórios políticos diante de uma ordem marcada pelo pluripartidarismo, pela competição eleitoral e pela legitimidade do regime democrático. Nesse processo, Plínio Salgado passou a mobilizar com maior intensidade referências de matriz cristã e espiritualista, articulando-as à formulação da chamada “democracia cristã” (Gonçalves, 2012). Os objetivos, abertamente políticos, apontavam para um processo de reconfiguração discursiva, por meio do qual o integralismo procurou compatibilizar sua tradição política com as novas condições de atuação pública.

Ao afirmar que “a democracia cristã é uma democracia de consequências; é um efeito, jamais uma causa”, o líder integralista subordinava a legitimidade democrática a princípios considerados anteriores à própria vontade da maioria (Salgado, 1945, p. 90-91). A incorporação do vocabulário democrático não enunciava algum tipo de adesão aos fundamentos da democracia liberal, mas incutia uma tentativa de redefinir seus limites e condições de legitimidade a partir de uma concepção espiritualista da ordem social. A democracia podia, assim, ser reivindicada como forma legítima de organização política desde que submetida a uma determinada concepção de verdade, moralidade e comunidade, segundo a qual o espírito era superior à matéria.

Essa reelaboração encontrou expressão institucional na atuação do próprio PRP, que passou a reivindicar sua participação na ordem democrática sem abandonar referências centrais do repertório integralista. O Programa do partido, ao defender a “consagração e permanência do regime democrático representativo” e, simultaneamente, o combate, por vias legais, às doutrinas de

caráter totalitário, comunica a incorporação das regras institucionais do novo regime e, ao mesmo tempo, a permanência de critérios próprios para definir a legitimidade da ordem política (Salgado, 1955, p. 32). A atuação partidária foi um espaço de adaptação do integralismo às condições do pós-1945, no qual elementos de sua tradição política eram rearticulados de acordo com as possibilidades e constrangimentos da institucionalidade republicana.

Essa adaptação não se restringia à participação eleitoral ou à atuação parlamentar, já que a permanência de uma cultura política depende também da capacidade de produzir referências, produzir pertencimentos e formar sujeitos capazes de reconhecê-las e atualizá-las em diferentes contextos, produzindo identidades. Nesse sentido, a reorganização do integralismo envolveu a construção de espaços de formação, sociabilidade e circulação de seus repertórios.

A presença desses atores na gramática pública contribuiu para a constituição de um campo de práticas e representações orientado por horizontes característicos do integralismo, como o nacionalismo e o anticomunismo, tendo no espiritualismo o fundamento de oposição ao materialismo e a ideários correlatos. Esse arcabouço doutrinário articulava-se à existência partidária, fixando representações que, conforme sugere Roger Chartier (2006), são incorporadas pelos indivíduos sob a forma de esquemas de classificação e julgamento, organizando as divisões do mundo social e expressando identidades e disputas políticas. A atuação dos integralistas, nesse sentido, assegurou espaços de inserção no contexto democrático, como também possibilitou a difusão eficaz de seu ideário, configurando-o como um horizonte político-doutrinário relevante para diferentes grupos sociais.

A juventude, então, torna-se central nesse processo, pois era compreendida além de uma categoria etária, mobilizada como representação de renovação e continuidade, associada à possibilidade de regeneração da vida pública e à transmissão da tradição política integralista às novas gerações. A organização da CCCJ reunia iniciativas destinadas à formação cultural, intelectual e política dos jovens vinculados ao integralismo, constituindo um espaço de sociabilidade e circulação de referências doutrinárias. A articulação entre partido, organizações juvenis e espaços de sociabilidade permite

compreender a cultura política integralista como um repertório que circulava por diferentes ambientes e práticas, e não apenas como um conjunto de formulações doutrinárias. Como observa Serge Berstein (1998), as culturas políticas envolvem a circulação de referências, valores, modelos normativos e formas de interpretação capazes de orientar a ação dos atores. No caso integralista, a formação juvenil constituía, portanto, uma das modalidades pelas quais esse repertório era apropriado, ressignificado e atualizado.

Os Centros Culturais da Juventude destacaram-se pelo intenso engajamento político e intelectual, constituindo ambientes voltados à promoção de debates, estudos e atividades culturais. Um exemplo expressivo dessa dinâmica pode ser observado no Centro Cultural Clóvis Beviláqua, em Fortaleza (CE), cuja programação incluía iniciativas como cursos de legislação social, maratonas intelectuais, atividades de excursionismo, organização feminina e simulações de júri, evidenciando a densidade formativa e organizacional dessas instituições (Atividades, 1954).

A imprensa assumia papel particularmente relevante nesse processo, uma vez que permitia ampliar a circulação dessas referências para além dos espaços presenciais de sociabilidade e formação, demonstrando as zonas de operacionalidade práticas da organização integralista. Ao selecionar e participar da seleção e da atribuição de visibilidade aos sujeitos, a imprensa publicizava práticas e acontecimentos considerados representativos da continuidade do movimento.

Como observa Tânia Regina de Luca (2008, p. 139), “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público”. Nesse sentido, a imprensa vinculada ao PRP constituía um espaço de produção e circulação da cultura política integralista, dimensão central para compreender a maneira pela qual os jovens identificados como “águias brancas” eram apresentados e investidos de significado no pós-guerra.

## 3. JUVENTUDE E RENOVAÇÃO EM *A MARCHA*

A constituição de canais de difusão das teorias políticas visava à criação de um clima cultural propício à elaboração e circulação de narrativas capazes de orientar a ação política. Com o objetivo de estruturar uma ampla rede de propaganda, que incluía “[...] uma imprensa própria, a produção de programas radiofônicos e a publicação de livros e folhetos” (Calil, 2017, p. 379-380), os integralistas desenvolveram espaços de sociabilidade voltados à articulação entre produção intelectual e vínculos afetivos, com destaque para a centralidade da imprensa periódica.

Os jornais partidários, nesse sentido, ao selecionar acontecimentos, sujeitos, representações e práticas considerados relevantes, participavam da construção de referências compartilhadas e da definição daquilo que deveria alcançar o público. Como observa Winock (2003), a imprensa política contribuía para estruturar correntes de pensamento e afirmar determinadas coerências no interior dos grupos políticos. Do mesmo modo, os impressos constituem espaços privilegiados para apreender as formas pelas quais grupos e organizações projetavam seus interesses e projetos políticos (Salgueiro, 2016).

A criação do semanário *A Marcha*, em 1953, expressa esse esforço sistemático de consolidação de um espaço nacional de circulação doutrinária e política. Conforme destaca Rogério Victor (2012), o periódico reunia conteúdos que iam desde a divulgação de atividades partidárias, como convenções, atuação parlamentar e gestão municipal, até seções dedicadas à cultura, abrangendo cinema, rádio, esportes, livros e revistas. Editado até setembro de 1965, com 473 edições publicadas, *A Marcha* manteve periodicidade semanal por uma década, consolidando-se como principal veículo da imprensa integralista (Calil, 2005).

Doutrinariamente, o integralismo se autoproclamava como “doutrina imutável” (Sousa, 1956), preservando referências apresentadas como constitutivas e centrais, advogando para si um caráter permanente e legítimo. Essa pretensão de permanência não apontava para uma atuação de conservação ou volta ao passado. Em vez disso, a linguagem mobilizada promovia a continuidade da tradição integralista à expectativa de intervenção e renovação política, como exemplifica o trecho a seguir:

> Nós não somos museu nem academia literária. Somos um movimento político. Nós não somos associação recreativa nem entidade beneficente. Somos cavaleiros andantes. Nós não somos palhaçada de circo nem partido político. Somos os Esperados da Pátria. "Somos os que avançam!". Atrás ficarão os acomodados, os bajuladores, os conformados, os cretinos e imediatistas. E conosco marcharão os audazes iluminados pela presença imperecível dos que nos antecederam! (Kautzmann, 1954, p.5)

Os sentidos atribuídos aos “águias brancas” no integralismo estruturavam-se a partir de uma temporalidade que articulava passado, presente e futuro, conferindo inteligibilidade à atuação desses sujeitos na conjuntura histórica. A partir de uma leitura que combinava a evocação de um passado nacional glorificado com o diagnóstico de crise da vida política, a formação da juventude integralista projetava um lugar ativo no futuro, vinculado à intervenção concreta nos espaços públicos, combinado a lógica de movimento, expectativa, revolução e missão.

Essa dinâmica ancorava-se em um projeto de afirmação do integralismo que mobilizava valores, normas e conteúdos apresentados como autenticamente nacionais, orientados à transformação da realidade social e à consagração de um novo prestígio para a nação. Nesse horizonte, os “discípulos” de Plínio Salgado eram convocados a uma marcha contínua, orientada por objetivos considerados elevados e transcendentes: “[...] objetivos luminosos e para os próprios destinos de um Brasil Cristão, de um Brasil de Deus, um grandioso Brasil [...]” (Beraldo, 1956, p.5).

Ao enredar um discurso nacionalista de fundamentação religiosa, o integralismo apregoava para si o papel de pensamento político autêntico do Brasil, disputando sentidos e lugares com outras concepções. Isso ocorre também com a apropriação dos vocabulários de matriz cristã, propostos no discurso, que não significavam, necessariamente, a submissão do projeto integralista aos princípios, dogmas, fundamentos bíblicos ou às instituições religiosas. O interesse ia além de aderir estritamente a uma doutrina confessional, mas pautava-se na possibilidade de o cristianismo ser mobilizado como fundamento de valores considerados capazes de conferir legitimidade à concepção de sociedade, moralidade e nacionalidade integralista.

Em uma sociedade na qual as referências cristãs possuíam ampla circulação e reconhecimento, e na qual a fé perpassava a vida individual e comunitária de muitas pessoas, sua incorporação ao vocabulário político permitia apresentar determinados princípios morais e sociais como elementos constitutivos da própria identidade brasileira. Nesse ponto, a liderança de Plínio Salgado possuía centralidade, tanto pela dimensão diretiva, quanto pelas produções intelectuais que guiavam os princípios dos Centros Culturais.

A juventude integralista era apresentada como parte de um empreendimento de longa duração, conduzido pelo "apóstolo da nacionalidade" que, havia quase um quarto de século, buscava conceder à nação uma elite dirigente por meio da difusão de uma "nova mentalidade" (Beraldo, 1956). Os jovens eram convocados a seguir o quadro geracional iniciado com a AIB nos anos 1930, povoando os próprios Centros Culturais como laboratórios formativos de cultura, participando de um projeto mais amplo de formação daqueles que deveriam reconhecer, preservar e levar adiante o repertório político integralista.

Sendo assim, o interesse na implementação das agremiações visava não só a expansão do Movimento como também a participação dos jovens, agentes indispensáveis nas propostas. Quanto mais agremiações fundamentadas no interior do Brasil, maior o alargamento de expectativas da reatualização integralista, capilarizando jovens dos mais distintos perfis sociais. A partir de então, se tecia o caráter propagandístico da CCCJ, levado a cabo pela divulgação das atividades dos Centros Culturais da Juventude:

> Em sua cidade não há, ainda, um Centro Cultural? Então, inicie um trabalho de fundar um! Reúna os moços cristãos e nacionalistas, de todos os partidos políticos ou que não pertencem a agremiações como essas, e comece a marchar com a Confederação de Centros Culturais da Juventude! [...]. (Jovem, 1953, p.5)

O propósito de expandir a Confederação pelo território nacional materializou-se de forma recorrente nas páginas da imprensa partidária, que atuava como vetor de difusão do empreendimento e de mobilização contínuo. Contudo, a composição social da CCCJ revelava-se orientada por critérios seletivos, privilegiando jovens com disposições alinhadas a valores

espiritualistas e nacionalistas, o que implicava a produção de fronteiras simbólicas baseadas em contraste, alteridade e aceitação. Esta passagem enuncia o conjunto de valores e significados em torno dos quais a iniciativa deveria se organizar. Ao mesmo tempo, o convite para “começar a marchar” transforma esses referenciais em prática: a identidade pretendida para os jovens deveria ser acompanhada de participação, organização e circulação. A CCCJ aparecia como espaço de formação, sociabilidade e mecanismo de expansão de uma determinada linguagem política entre a juventude.

Nesse quadro, o caráter suprapartidário configurou-se como elemento estruturante nos momentos iniciais da entidade, que se apresentava como uma agremiação apartidária, ainda que mobilizadora de “assuntos de caráter social (econômicos, sociológicos, artísticos, políticos)” (Kautzmann, 1953, p.5), focalizando em vários aspectos da vida nacional. Em determinadas formulações, a Confederação buscava distanciar-se de uma identificação direta com o PRP ou com o integralismo, projetando-se como espaço de cultivo do civismo sob a égide da democracia, aberto à participação de jovens oriundos de distintas posições políticas (Como, 1954, p. 23).

A apresentação da CCCJ como entidade “apartidária” fazia parte dessa tentativa de definir um espaço específico de atuação juvenil. Embora a documentação produzida pela própria entidade evidencie sua estreita vinculação com o integralismo, sua linguagem pública procurava distinguir a formação dos jovens da filiação partidária propriamente dita. A questão não reside em tomar o apartidarismo como descrição da posição efetiva e real da entidade, mas em observar a função atribuída a essa linguagem: ampliar o campo de interlocução da organização e apresentar a formação política juvenil em termos de civismo, nacionalismo e espiritualismo, categorias que ultrapassavam a identificação formal com o PRP.

Nesse sentido, retoricamente e interessadamente, a adoção do “apartidarismo” inscreve-se na lógica discursiva integralista de crítica às formas tradicionais de organização partidária no interior do regime democrático. Ainda que, no contexto do pós-guerra, o movimento tenha se inserido institucionalmente por meio do PRP, participando de negociações, disputas eleitorais e alianças, persistia, no plano doutrinário, uma desconfiança em

relação ao sistema partidário liberal. Tal ambivalência expressa o núcleo do projeto integralista, centrado na defesa do “Estado Integral”, de matriz corporativista e espiritualista, e na proposição de uma “democracia orgânica”, em oposição tanto ao materialismo socialista quanto ao liberalismo democrático (Salgado, 1953, p. 56).

Apesar das críticas severas às organizações partidárias e ao modelo republicano, frequentemente descritos como espaços de mediocridade e desonestidade na política brasileira (Andrade, 1953), havia também o reconhecimento de sua utilidade. Para o águia branca Ivo Andrade[4], os partidos deveriam representar a vontade popular, mas acabaram sendo “[...] meios dos quais se servem as nulidades, as mediocridades, os desonestos, os preguiçosos, os fracassados a fim de ganharem facilmente a vida.” (Andrade, 1953, p.5). Essa percepção reforçava a ideia de que o sistema pluripartidário carecia de fundamentos morais sólidos e, portanto, não conseguia sustentar a democracia de forma efetiva. Nesse contexto, emergia a convocação de uma “nova palavra” dirigida à juventude, conclamando-a a se preservar da “lepra que nos assola” e a se dedicar ao estudo dos problemas nacionais em busca de soluções (Andrade, 1953, p. 6).

Nessa perspectiva, a circulação de notícias sobre os Centros Culturais da Juventude e a expansão de suas atividades visava ampliar o recrutamento de jovens, tanto militantes quanto simpatizantes, vinculados, de forma mais ou menos direta, ao ideário integralista. Desse processo participava a construção de uma juventude politizada, para a qual o vocabulário integralista oferecia referenciais de interpretação da realidade e orientação para a ação, articulando práticas, expectativas e formas de pertencimento a um projeto político mais amplo. Isso aproxima-se aos contextos de experiência e de atividade que, segundo Daniel Cefaï (2001), conformam os esquemas de percepção e interpretação da realidade, constituindo elementos centrais na organização das culturas políticas.

[4] Ivo Andrade era um águia branca baiano, vinculado à Sociedade de Estudos Prado Valadares, de Salvador (BA). Em 1955 foi desligado da CCCJ acusado de “atos divisionistas” (Dorea, 1955, p. 5).

> O Brasil existe, apesar do cosmopolitismo, da adesão aos hábitos estrangeiros, da politicagem dos partidos, dos assaltos ao Erário, dos desmandos administrativos, da inapetência ao ideal, porque desde Manaus a Porto Alegre, por todo o território da Nação, estão surgindo núcleos da juventude, a revelar que uma geração de ânimo decidido e de vontade inabalável, desperta com tôda a força da tradição e do sentimento brasileiros. A Confederação de Centros Culturais da Juventude está realizando o estupendo milagre da ressurreição de um povo. Os grêmios dos moços multiplicam-se todos unidos por princípios doutrinários comuns, orientados por uma ação uniforme, dinamizados pelos impulsos generosos de corações sedentos de ideal. (Salgado, 1953b, p. 3)

A centralidade atribuída à juventude no projeto integralista é explicitada no discurso de Plínio Salgado, que desempenhou papel ativo na difusão e legitimação da CCCJ, reforçando o caráter estratégico do empreendimento como instrumento de ressignificação da presença integralista no pós-guerra. Diante do enfraquecimento do movimento integralista após o término da Segunda Guerra Mundial, marcado por rejeições e dispersões, a expansão territorial dos “águias brancas” configurou-se como mecanismo de rearticulação do ideário integralista. Ao mesmo tempo, a atuação direta de Salgado, como Presidente de Honra da CCCJ, por meio de discursos dirigidos à juventude e da participação em conferências nas agremiações, contribuiu para consolidar sua autoridade simbólica e fortalecer os vínculos de adesão no interior dos Centros Culturais da Juventude, orientando a experiência militante e as diretrizes doutrinárias.

Em sessão do Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, em São Paulo (SP), alguns integralistas[5] participaram de uma conferência centrista (Chiaradia, 1953, p.5). O encadeamento discursivo do encontro foi marcado por um forte tom salvacionista, estruturado a partir da construção de um cenário de crise, recurso recorrente na linguagem política mobilizada junto aos “águias brancas”. A produção de alteridade manifestava-se na “pintura” de um quadro nacional caracterizado por “[...] partidos políticos sem expressão, imoralidade e escândalos nas altas rodas, etc.…” (Chiaradia, 1953, p.5). Nesse contexto, o próprio Plínio Salgado articulava uma leitura espiritual e moral da realidade, fundada no diagnóstico de decadência e na projeção de um horizonte redentor.

[5] Pode-se destacar a presença de Plínio Salgado, Gumercindo Rocha Dorea, Odilon Vieira da Luz, Almeida Magalhães e Mário Pagano.

Além disso, ao criar um tipo de vácuo discursivo acerca da ineficiente máquina pública, da crise, do liberalismo e do socialismo, os integralistas centralizavam seu projeto político de ocupação simbólica e cultural. A promessa de transformação histórica concentrava-se, assim, na atuação dos Centros Culturais da Juventude, concebidos como espaços privilegiados de uma "ressurreição nacional". A perspectiva pliniana operava com uma leitura do passado brasileiro como fonte de inspiração para a construção de um futuro ordenado, articulando temporalidades distintas em um mesmo horizonte de sentido. Nas décadas de 1950 e 1960, essa projeção do porvir ancorava-se, sobretudo, na centralidade atribuída aos "águias brancas", concebidos como agentes da condução política do movimento. Nesse sentido, Salgado intensificava os apelos à juventude, convocando-a ao engajamento naquilo que se apresentava como uma grande cruzada, a CCCJ, destinada a operar a redenção do país (Chiaradia, 1953, p. 5).

A construção discursiva da decadência nacional, no contexto do pós-guerra, assumia uma inflexão geracional, associando a crise da pátria à conduta de segmentos juvenis representados como irresponsáveis, imorais e suscetíveis à influência do comunismo. Nesse enquadramento, a ênfase na disciplina intelectual e na formação educacional configurava-se como eixo central das interpelações dirigidas à juventude, na medida em que a intervenção na realidade era concebida como contraposição ao declínio moral, intelectual, social e econômico do país (Stub, 1953, p. 5). As páginas do semanário *A Marcha* constituíam espaço privilegiado para a difusão dessa convocação, evidenciando a centralidade atribuída ao engajamento dos seguidores de Plínio Salgado:

> Meus, moços e meus jovens dos Centros Culturais de minha Pátria! Urge lutar, trabalhar, estudar e produzir tudo de bom por esta privilegiada Nação! Salvemos os moços 'Coca Cola' do seu mau caminho e encaminhemo-los para o vosso convívio sadio, nobre idealizador! O Brasil é dos moços, são os moços que têm a obrigação primordial, o sagrado dever de preparar um Brasil mais forte, mais bem dirigido e mais glorioso, para seu próprio amanhã! [...] (Cipolato, 1957, p.10)

Nesse horizonte, a retórica nacionalista atribuía à juventude a responsabilidade pela reconstrução do país, projetando um futuro previamente

orientado por valores considerados autênticos e permanentes. A efetivação dessa “salvação nacional” dependia, assim, da mobilização política dos jovens, concebidos como agentes indispensáveis tanto no plano discursivo quanto na prática social, especialmente por meio dos Centros Culturais da Juventude. Nesses espaços, a formação moral e cultural era apresentada como condição para a regeneração da nação, sendo a juventude figurada como “[...] a única seiva vigorosa capaz de livrar da ruína o apodrecimento a vacilante árvore da nação brasileira.” (Neto, 1954, p. 5).

A centralidade atribuída aos jovens também se expressava na valorização do estudo como instrumento de compreensão das problemáticas nacionais, orientado à constituição de uma consciência crítica de caráter nacionalista (SOUSA, 1956, p. 7). Nesse sentido, a juventude era investida de uma responsabilidade ativa diante das vicissitudes do país, devendo “[...] verificar e tornar efetiva a sua presença nas questões que afligem o país.” (Sousa, 1956, p. 7). Tal perspectiva implicava a rejeição da inércia e do conformismo, ao mesmo tempo em que exaltava a ação como atributo dos “homens autênticos”, especialmente dos jovens, concebidos como portadores de uma capacidade renovadora essencial à reconfiguração da vida pública em um contexto percebido como crítico (Paiva, 1954, p. 5).

Uma vez delineado o diagnóstico de crise e a correspondente convocação da juventude, sobressai a centralidade de um discurso orientado à transformação da realidade. Neste enquadramento, a juventude era concebida como portadora de atributos específicos, tais como potencial criador, entusiasmo combativo e disposição para a ação, sendo representada como uma categoria em estado de emergência histórica, investida de uma mensagem a ser realizada por meio do engajamento, da direção e da persistência (Filgueiras, 1957). Tal construção atribuía à juventude uma função estratégica no interior do ideário integralista, associando-a a uma dimensão de poder revolucionário ancorado em valores e finalidades doutrinárias.

Nesse sentido, uma preocupação recorrente no discurso dirigido aos “águias brancas” residia na ênfase sobre a necessidade de compreender a própria missão e o “destino histórico”, reforçando a centralidade da ação política juvenil. A interpretação da existência humana em duas dimensões, uma

biológica ou extensiva, e outra espiritual ou intensiva, operava como recurso para orientar e disciplinar os impulsos e paixões, canalizando seu potencial criador em direção a objetivos considerados superiores (Rocha, 1953, p. 5). O vocabulário mobilizado, marcado por tonalidades heroicas, buscava ativar disposições para o serviço e para a luta, concebidos como elementos indispensáveis à realização de uma missão coletiva.

Essa gramática discursiva é sintetizada pela necessidade de combater a inércia e o conformismo, conclamando a juventude à ação:

> É temendo a tentação da lei da inércia que dirijo estas linhas aos jovens de todos os quadrantes da Pátria, para que redobremos o combate contra o quietismo dos estéreis e a mentalidade demissionária dos que só sabem dar toque de silêncio. Não é curto o cortejo dos fracassados na vida. Mas afinal não é outro o preço da abdicação e da demissão do espírito de missão. "Dos moços, as lanças. Dos velhos, os conselhos". A vitória sempre foi amiga dos audazes. (Rocha, 1953, p. 5)

O acionamento da juventude no interior do discurso integralista orientava-se por uma lógica de mobilização eficaz, voltada à constituição de uma disposição permanente para a ação, concebida em termos de missão e combate. Tal dinâmica encontrava seu fundamento na centralidade atribuída ao espírito, entendido como princípio ordenador da conduta dos “águias brancas”. Neste enquadramento, apenas a inquietude dos valores espirituais seria capaz de impulsionar a atividade militante, viabilizando a realização da missão integralista.

Em outros termos, o discurso conferia aos jovens a incorporação de um ideal de sujeito “fiel e heroico”: a fidelidade vinculava-se à valorização do passado histórico, enquanto o heroísmo implicava uma marcha contínua e irreversível, marcada pela recusa do recuo e pela afirmação do avanço progressivo (Machado, 1954, p. 5). Assim, doutrina e ação política articulavam-se na prescrição de preceitos fundamentais, dirigidos à juventude com a imperiosidade necessária à consolidação dos princípios do movimento. Logo, a fidelidade não significava imobilidade diante do passado; ao contrário, articulava-se ao heroísmo como disposição para atualizar, por meio da ação, aquilo que se apresentava como legado doutrinário.

Nesse sentido, a dinâmica de interação nos Centros Culturais da Juventude combinava experiências concretas de sociabilidade com a difusão de um repertório discursivo orientador das práticas dos “águias brancas”. O investimento na Confederação configurou-se como eixo estruturante da tentativa de intervenção na realidade, por meio da propagação das teses integralistas em conferências, congressos, palestras, estudos e encontros. A juventude mobilizada constituía um polo de circulação de ideias, práticas e referências integralistas, articulando experiências locais a uma rede mais ampla de formação e sociabilidade política.

As linguagens compartilhadas e os referenciais simbólicos eram amplamente difundidos pela imprensa partidária, espaço privilegiado de representação do político. No periódico integralista, os “águias brancas” eram constantemente interpelados a integrar a CCCJ e a ocupar posições efetivas na vida pública, em um contexto marcado pela percepção de crise institucional, espiritual e cultural. Nessa lógica, a juventude era posicionada como força de contraposição à decadência, mobilizada por uma filosofia de caráter salvacionista e orientada à intervenção na realidade nacional. A valorização do vigor geracional, traduzido em termos como fôlego, força e virilidade, articulava-se à elevação moral fundada no primado do espírito sobre o materialismo, este associado, no discurso integralista, ao comunismo, ao liberalismo e aos fascismos.

A disputa em torno das temporalidades, entre passado, presente e futuro, configurava um elemento central dessa gramática política, que, ao mesmo tempo em que reelaborava a tradição nacional, projetava a necessidade de transformação dos quadros políticos. Aos “águias brancas” cabia, portanto, não apenas algum tipo de internalização, mas também a adoção de práticas voltadas ao enfrentamento dos problemas brasileiros. Nesse contexto, a criação da CCCJ, em 1952, ultrapassava o plano organizativo, contribuindo para a consolidação de um vocabulário recorrente na imprensa e para a estruturação de espaços concretos de formação política e cultural da juventude.

Por fim, a atuação dos “águias brancas” revela-se fundamental para compreender a sobrevida do integralismo no pós-guerra. Ao promover a difusão doutrinária em um contexto no qual a visibilidade do movimento se encontrava

reduzida em relação ao período anterior, esses atores asseguraram a continuidade e a atualização de seus princípios. Assim, a identificação das matrizes do discurso político dirigido à juventude permite apreender a capacidade de adaptação e permanência no interior da cena democrática, articulada à existência formal do PRP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação integralista no contexto da democracia pós-1945 permite sustentar que o movimento sobreviveu à derrocada dos regimes fascistas europeus, sendo capaz de se reconfigurar discursiva e organizacionalmente, adaptando-se às exigências da institucionalidade democrática sem abdicar de seus fundamentos doutrinários. Nesse sentido, o mapeamento das atividades e, sobretudo, dos discursos dirigidos aos “águias brancas” revela que o integralismo operou por meio de uma estratégia de deslocamento: ao mesmo tempo em que moderava sua linguagem no plano formal-partidário, radicalizava a formação político-cultural em espaços de sociabilidade como os Centros Culturais da Juventude.

Assim, a experiência dos “águias brancas” foi um núcleo privilegiado de atualização da cultura política integralista. Nesses espaços, a doutrina foi reelaborada e incorporada por uma juventude interpelada como sujeito histórico ativo, responsável por dar continuidade ao projeto político em um cenário adverso. Desse modo, a CCCJ desempenhou papel central não apenas na difusão do ideário, mas no engajamento intelectual e social, garantindo a permanência de suas matrizes discursivas no interior da vida pública brasileira.

Por outro lado, a inserção do PRP no jogo democrático evidenciou tensões constitutivas entre adaptação estratégica e fidelidade doutrinária. As práticas político-partidárias, marcadas por alianças e negociações, por vezes entravam em choque com a expectativa política de setores da militância, revelando os limites e contradições da atuação integralista na institucionalidade. Nesse quadro, os “águias brancas” tendiam a ocupar um lugar de maior coerência doutrinária, funcionando como espaço de reafirmação identitária frente às ambiguidades do campo político.

No interior da política nacional, o integralismo no pós-guerra demonstrou, portanto, uma capacidade significativa de reorganização e de interlocução com o tecido social, especialmente por meio da mobilização da juventude. A centralidade atribuída aos jovens respondia a uma conjuntura de ampliação de sua participação política, indicando uma estratégia de formação de quadros e de projeção de futuro. Nesse sentido, os Centros Culturais da Juventude constituíram espaços de sociabilidade, sendo também dispositivos de produção de sentido, nos quais se articulavam formação intelectual, militância e cultura política.

Dessa forma, o estudo das matrizes discursivas dirigidas aos “águias brancas” evidencia que o integralismo, longe de representar um resquício marginal do período anterior, manteve-se como uma força ativa no pós-guerra. Sua presença na cena democrática compõe a esfera de complexidade do campo político brasileiro, no qual diferentes projetos, linguagens e atores disputavam a interpretação da realidade e a condução do futuro nacional, ao mesmo tempo em que mostra a persistência de determinadas tradições políticas mediante escalas de rupturas e continuidades face à operacionalidade do contexto histórico.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ivo R. República da desonestidade e da mediocridade. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1953, nº 26, p. 5 e 6.

AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 11–32, 2013. DOI: 10.22456/1982-5269.38429. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/38429.

ATIVIDADES do Centro Cultural Clóvis Beviláqua. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 12. fev. 1954, nº52, p.5.

BERALDO, Inácio. O vôo da águia. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 27 abr. 1956, nº152, p.5.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo (Orgs.) **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965** – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005

CALIL, Gilberto Grassi. A imprensa integralista no pós-guerra: os jornais Reação Brasileira, Idade Nova e A Marcha. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes:** histórias da imprensa integralista. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, v.1, p. 375-405.

CEFAÏ, Daniel. Experience, Culture et Politique. IN: CEFAÏ, Daniel (Org.). **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001, p. 93-116.

CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: LOPES, Antônio H.; VELLOSO, Mônica P.; PESAVENTO, Sandra J. (Orgs). **História e linguagens:** texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-43.

CHIARADIA, José B. Ergue-te, mocidade! Plínio Salgado, Gumercindo R. Dórea e Almeida Magalhães no Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, em São Paulo. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1953, nº26, p. 5.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo:** lugar de memória e apropriação do passado(1957-1961). 2010. 279f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, 2010.

CIPOLATO, Aldo. Os Águias Brancas, esperança da Pátria. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 05 jul. 1957, nº212, p.5 e 10.

COMO se manifestou a cêrca dos Centros Culturais da Juventude, o “Diário da Noite”, de 19 do corrente. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1954, nº57, p. 23.

DOREA, Gumercindo Rocha. CCCJ - Nota Oficial n.º 9. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1955, n.º 103, p. 5.

FILGUEIRAS, Ary. Juventude, essa inquietação em marcha. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 06 set. 1957, nº221, p.4.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. 669 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GOYARD-FABRE, Simone. O povo e a república. In: GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 101-141.

JOVEM! **A Marcha**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1953, nº26, p.5.

KAUTZMANN, Sérgio. Nós e os partidos políticos. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1953, nº22, p. 5.

KAUTZMANN, Sérgio. O sentido apostolar da chefia. **A Marcha**, Rio de Janeiro, nº26 nov. 1954, nº91, p.5.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas:** o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MACHADO, Germano D. Por uma juventude heróica! **A Marcha**, Rio de Janeiro, 26 fev. 1954, nº54, p.5.

MERG, Camila Ventura. **"Saberei sustentar a Cruz de Cristo e a bandeira da Pátria":** o espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (1945-1950). 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

NETO, Ivan. Organização interna. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1954, nº57, p.5.

PAIVA, Dídimo. Elogio da mocidade. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 06 ago. 1954, nº75, p.5.

PINTO, António Costa. **A América Latina na era do fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, 155p.

ROCHA, Hélio. Demissão do Espírito de Missão. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1953, nº21, p.5.

SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro de 1932**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

SALGADO, Plínio. **Páginas de combate**. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1937.

SALGADO, Plínio. **A Doutrina do Sigma**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937b.

SALGADO, Plínio. **O conceito cristão da democracia**. Coimbra: Edições Estudos, 1945.

SALGADO, Plínio. **Manifesto-Diretiva:** enviado por Plínio Salgado aos integralistas brasileiros em julho de 1945. Lisboa: edição do autor, 1945b.

SALGADO, Plínio. **Psicologia da Revolução**. 4a ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953.

SALGADO, Plínio. O Brasil Existe! **A Marcha**, Rio de Janeiro, n° 33, 10 out. 1953b, p. 3.

SALGADO, Plínio. **Carta de princípios e programa do Partido de Representação Popular.** Porto Alegre: Edição do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, 1955.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. História, imprensa e política: contribuições acerca do debate em torno da "mítica" neutralidade do jornalismo brasileiro nos anos 1950. **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.5, n.1, p. 01-20, jan./jul. 2016. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4849.

STUB, Eraldo. Onde está o Brasil? **A Marcha**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1953, nº5, p.5.

SOUSA, Aníbal Teixeira de. Problemas Brasileiros. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 06 jul. 1956, nº162, p.7.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. Porto Alegre: Difel, 1979.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938 – 1962). 2012. 302 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 271-294.

**Recebido em: 03/04/2025.**

**Aprovado para publicação em 01/10/2026.**